

## ATA

### CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA

#### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA

<b>Data:</b> 16/07/2019	<b>Local:</b> Polo de Educação Ambiental- Auditório Maria Emília Moreira
<b>Início:</b> 14h00min	<b>Término:</b> 17h00min
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Verificação do quórum e abertura da Sessão;</li><li>2. Aprovação da Ata da reunião anterior;</li><li>3. Apresentação e aprovação da Versão Final do Plano Estadual de Resíduos Sólidos-PERS-ES. <b>Processo nº 76087492- Protocolo nº 011504/2019.</b></li><li>4. Assuntos gerais.</li><li>5. Encerramento.</li></ol>	

#### CONSELHEIROS PRESENTES:

- Presidente da Reunião – Fabricio Hérick Machado
- Cons. Suplente – Elias Alberto Morgan (**SEAMA**)
- Cons. Titular- Carlos Cerqueira Guimarães (**SEDURB**)
- Cons. Suplente - Anderson Lemke (**SEG**)
- Cons. Titular- Rodrigo Vargas Ribeiro(**ANAMMA**)
- Cons. Suplente – Andrea Diogo de Souza Moulie (**IBAMA**)
- Cons. Titular - Giuseppe Vincenzo de Lorenzo (**ANM**)
- Cons. Suplente – Rubem Piumbini (**FINDES INDUSTRIAL**)
- Cons. Titular – Graciele Zavarize Belisário (**FINDES MINERAL**)
- Cons. Titular – André Luiz Labanca Rosas (**FECOMERCIO**)
- Cons. Suplente – Fenix Collistet de Araujo Fichter (**SEBRAE**)
- Cons. Titular – Victor José Macedo Queiroz Lima(**SINDUSCON**)
- Cons. Suplente – Victor Athayde da Silva (**SINDIROCHAS**).
- Cons. Titular – Edvaldo Peisino (**CRIO/ES**)
- Cons. Titular – Lucas Souza Moraes de Jesus (**CREA**)
- Cons. Suplente – Silvio Nascimento Ferreira (**FAMOPES**)

- Cons. Titular – Moacir Rezende Cordeiro (CAP)
- Cons. Titular – Roosevelt da Silva Fernandes (ONG SINHÁ LAURINHA)
- Cons. Titular – Eraylton Moreschi Junior (JUNTOS SOS AMBIENTAL)
- **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

Cintia Cândido Matias Laures (Secretária Executiva)

Dinamara Gonçalves Rosa dos Santos (Coordenadora Jurídica)

Eder Barcelos Mendonça (Coordenador Técnico)

Leandro Batista do Nascimento (Assistente de Gestão)

1 **PONTO I – VERIFICAÇÃO DE QUORUM E ABERTURA DA SESSÃO:**

2 O Presidente do Conselho Sr. Fabricio Hérick Machado abre a reunião, comunica a existência do  
3 quórum com 17 (dezessete) instituições presentes, informando a composição da mesa, o  
4 Coordenadora Jurídica Dr<sup>a</sup>. Dynamara Gonçalves Rosa dos Santos, Coordenador Técnico Sr. Eder  
5 Barcelos Mendonça, e a Sr.<sup>a</sup> Cintia Cândido Matias Laures Secretaria Executiva, passou-se para o  
6 Ponto II da pauta.

7 **PONTO II – LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

8 O Conselheiro Eraylton Moreschi ONG JUNTOS solicita que seja sustada a deliberação da ata hoje  
9 e que esta ata seja refeita, conforme colocado por e-mail para a secretária executiva, coloca que  
10 a ata esta faltando muitas coisas, tem coisas que foram colocadas diferente ao que foi solicitado,  
11 por exemplo, uma das minhas falas, eu registro tudo que eu falo, solicitei pelo regimento, falei  
12 do regimento, o que o regimento manda ser feito nas reuniões e ele indica que cópias das  
13 resoluções, deliberações, e moções aprovadas nas reuniões anterior deverão ser encaminhados,  
14 e a colocação na ata esta simplesmente o seguinte o Sr. Moreschi solicitou cópia do DIO, não foi  
15 isto que eu solicitei, isso é uma consequência do que eu solicitei, eu solicitei o atendimento e o  
16 cumprimento do regimento interno, então é uma colocação muito diferente e outra coisa eu  
17 concordo com a Secretária Executiva que as atas tem que ser sucinta, mas elas tem que ser  
18 perfeitas e o termo perfeito é um sinônimo de sucinto, é o que é uma ata perfeita, é bem  
19 compacta e que exatamente as coisas importantes debatidas durante a nossa reunião e eu como  
20 o senhor sabe meu gravador está lá, eu gravo todas as reuniões e que acompanha a ata junto  
21 com a reunião e tem conselheiro que fizeram uso da palavra para poder justificar votos  
22 direcionamentos que nem constam na reunião então por isso que eu solicitei e solicito que a ata  
23 seja sustada, seja refeita e da minha parte Sr<sup>a</sup> Cintia onde esta escrito, o Sr. Moreschi fez uma  
24 apresentação, que se juntada a apresentação na ata, o Presidente do Conselho coloca que a  
25 proposta do Conselheiro não trás prejuízo, que é questão de ordem de redação para corrigir, e  
26 que solicita a assessoria que todas as vezes que tiver algum ponto controverso de declaração  
27 explicita esteja ligada a gravação que quando forem questionados estes pontos que seja feita a  
28 edição do ponto especifico para que agente apresente a transcrição de como ela se deu para não  
29 ter nenhum tipo de divergência e que seja sanado o problema, coloca que a proposta do  
30 conselheiro adianta a reunião, que vai ser bom e que será deliberado em um segundo momento,

31 e que não é um pedido que desconstrói nada, pergunta se todos concordam, conselheiro  
32 Roosevelt ONG SINHA LAURINHA, coloca que com relação a este procedimento de que as falas  
33 tem que bater com que o que esta gravado, eu acho que isto vai dar um trabalho meio violento,  
34 porque, na reunião passada eu falei em pelo menos cinco lugares diferentes, com palavras  
35 diferentes, a mesma coisa, a minha tese era que o ex coordenador jurídico deste conselho estava  
36 defendendo era ilegal, e que, acabamos a discutir um assunto aprovado, e então o que eu fiz,  
37 seria meio maluco da minha parte se eu quisesse restaurar cada uma das minhas falas em cada  
38 um dos pontos da ata, então o que eu fiz, procurei um lugar na ata onde eu pudesse colocar a  
39 síntese de tudo aquele que eu disse pudesse ser incluído, então tem que tomar um pouco de  
40 cuidado se vai procurar aquela fala que esta ali, ela terá que ser encontrado em cinco pontos  
41 diferentes, o Presidente coloca que a ideia e que se haja algum ponto controverso em questões  
42 pontuais. O Conselheiro Lucas/CREA coloca que apesar da pauta ser importante acredito que ela  
43 seria até meio que irrisória diante do que nos estamos vivenciando na Serra na comunidade de  
44 Carapebus, uma comunidade inteira sendo praticamente envenenada, o atendimento nos  
45 hospitais praticamente que dobraram, conforme noticiado pela imprensa por causa de doenças  
46 respiratórias que subiram de 12 para 72 ao mês, e nos não vemos qualquer ação do governo do  
47 estado, a prefeitura municipal multou a Arcelor Mittal em nove milhões de reais, e então por  
48 questão da urgência, por questão da saúde da população eu solicito a inversão de pauta e pede  
49 para que assuntos gerais venha primeiro do que a apresentação do Plano Estadual De Resíduos  
50 Sólidos, para que o Sr. explique para todos nós, o porque dessa aparente inercia do Governo do  
51 Estado do Espírito Santo, o que esta sendo feito para poder cuidar da saúde da população??  
52 Após o Presidente entra em processo de votação, para deliberar a proposta de inversão do ponto  
53 de pauta, não sendo aprovado pela plenária o pedido de inversão, votaram pela inversão do  
54 ponto de pauta (CREA, SINHA LAURINHA, CAP), o Presidente informa que em assunto gerais  
55 abrirá para discussão do assunto. Informa que o Diretor Técnico do IEMA esta presente e poderá  
56 da às respostas. O Conselheiro Eraylton Moreschi ONG JUNTOS coloca que na última deliberação  
57 sobre o artigo 50, a deliberação dele tinha que ter um quórum específico e nos não fizemos a  
58 contagem do quórum específico e citam os e citamos na ata, gostaria que voltasse a ser uma  
59 praxe que as votações tivesse a contagem de votos a favor e contra, e quem quisesse manifestar  
60 seu voto, continuasse da mesma maneira. O presidente informa que foram 12 votos a favor para  
61 continuar a reunião e quatro votos a favor para inverter o ponto de pauta. O presidente coloca  
62 que a presidência mais a secretaria executiva levam muito em consideração o que a sociedade  
63 Civil pede, e que procura manter um dialogo sempre respeitoso, pois entendemos a importância  
64 de todos aqui e uma das solicitações que me fizeram era no sentido de pautar logo mais a frente  
65 uma discussão sobre a melhoria do regimento interno, e que aqui tem vários seguimentos que  
66 vai ter a oportunidade de discutir, e eu não me oponho a melhorar o regimento interno, lógico  
67 em uma ótica que seja um rito prático. Após passa-se para ponto III

68 **PONTO III - APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO PLANO ESTADUAL DE**  
69 **RESÍDUOS SÓLIDOS-PERS-ES. PROCESSO Nº 76087492- PROTOCOLO Nº 011504/2019;**

70 O Presidente convida a equipe UFES/Professor Renato para fazer a apresentação da versão final  
71 do Plano (Apresentação anexa). Após a apresentação o presidente abre a palavra para os  
72 conselheiros, O Conselheiro Roosevelt ONG SINHA LAURINHA, informa que leu todo o  
73 documento e encaminhou previamente, para que fosse encaminhado a Coordenação do Plano, e

74 ficou satisfeito em ter recebido ontem todas as respostas dos questionamentos feitos, pede que  
75 faça parte da ata como anexo por ter uma quantidade muito grande de informações, e ficaram  
76 duas dúvidas uma delas se haveria o envolvimento do Conselho de Recursos Hídricos na  
77 aprovação/homologação do Plano, gostaria que fosse respondido ao plenário, e o segundo é que  
78 o ótimo é inimigo do bom, que o plano esta muito bem estruturado, não tenho a menor dúvida  
79 que está, partindo do princípio para executar este plano é preciso muito dinheiro, então, eu  
80 Roosevelt senti falta de existir uma planilha que fosse do tipo de a prioridade das prioridades,  
81 por que o projeto mostra uma série de prioridades, e eu gostaria que fosse feito uma série de  
82 subconjuntos menor, que seria a relação base, para que agente pudesse, se o dinheiro está curto  
83 eu aplicaria nesta relação de prioridade das prioridades, então são duas informações que eu  
84 gostaria de ter dos coordenadores do projeto, Professor Renato/UFES reponde que a maioria das  
85 ações de urgências são de organização da gestão, e não são tão custosas nos aspectos  
86 financeiros, mais são muitos custosos sobre os aspectos humanos, e que a tomada de decisão de  
87 execução de prioridades é do Governo do Estado, informa que, modestamente pode fazer  
88 destaques, naquelas ações que são prioridade máxima, se satisfazer ao Conselheiro Roosevelt ele  
89 pode fazer o destaques naquelas ações que tiverem urgência absoluta e fazer até um comentário  
90 o do porque dessa urgência absoluta, grande parte dos atos é submetida ao órgão gestor que é  
91 a secretaria estadual que decidi por qual e de qual forma começara a executar, Conselheiro  
92 Roosevelt/ONG SINHA LAURINHA coloca que é de fundamental importância que essa ação  
93 sugerida seja com o estado, acredita que fazer um caminho crítico do prioritário do prioritário é  
94 muito importante. Sr Anderson Ferrari/SEAMA informa quanto a outra pergunta, foi levado sim  
95 em conta a Política Estadual de Recursos Hídricos, e que esta é a terceira vez que esta sendo  
96 apresentado ao CONSEMA, ficando acordado no conselho o fluxograma de  
97 apresentação/aprovação do plano, e que ficou acordado, ainda, que ficaria com o COGERES a  
98 construção do plano e o CONSEMA aprovaria. Conselheiro Roosevelt/SINHA LAURINHA coloca  
99 que acredita que seria muito importante se a coordenação encaminhasse todos os documentos  
100 aos membros do CERH, o Presidente informa que vai acatar o pedido do Conselheiro Roosevelt  
101 /ONG SINHA LAURINHA de encaminhar os documentos do Plano. O Sr. Anderson Ferrari/SEAMA  
102 informa que fará uma entrega do plano e que todos serão convidados, incluindo o CONSEMA e  
103 CERH para seminário de entrega do plano. Conselheiro Eraylton Moreschi/ONG JUNTOS faz a  
104 sugestão para que o estado firme um novo contrato com a UFES para que a UFES venha ao  
105 Conselho informar sobre o andamento/atualização de com andamento o Plano, Conselheiro  
106 Moacir Rezende/CAP pergunta o valor do contrato com a UFES, o Sr. Anderson Ferrari informa  
107 que o valor total foi de um milhão novecentos e noventa e um mil reais, e iniciou em 2013 e  
108 uma contrapartida do governo federal que arcou com 80% e o estado com 20%, a ordem de  
109 serviços foi dado em dezembro de 2017, e agosto de 2018 foi apresentado no Conselho. O  
110 produto final será entregue em julho de 2019, Conselheiro Rodrigo Vargas/ANAMMA deixa  
111 registrado que os municípios participaram da construção do Plano, após o Secretário informa o  
112 quórum de 17 instituições presentes, e entra em processo de votação, Plano Estadual de  
113 Resíduos Sólidos-PERS aprovado por unanimidade.

114 **PONTO VI - ASSUNTOS GERAIS.**

115 O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Elias Morgam/SEAMA responder aos  
116 questionamentos feitos pelo Conselheiro do CREA/Lucas no inicio da reunião, o  
117 Conselheiro Elias Morgam/SEAMA coloca que o IEMA é um órgão técnico e

118 extremamente responsável com suas ações e que tão logo soubemos deste problema em  
119 Carapebus encaminhamos técnicos a comunidade onde foi coletado material e em  
120 paralelo enviou um força tarefa para dentro da empresa ARCELOR junto com o município  
121 da Serra para uma operação em conjunto, onde foram emitidos autos de intimação no  
122 ato da operação, qual é o papel do IEMA nisso, fazer com que a empresa cesse a  
123 operação sem o controle ambiental, este é o ponto mais importante, o segundo ponto o  
124 agente público só faz aquilo que tem previsão em lei, então nos temos que segui a  
125 legislação para aplicação das autuações onde temos que ter motivação para isto, então é  
126 feito um parecer técnico onde eu tenho embasamento para aplicação das penalidades, e  
127 eu desconheço qual foi a motivação do município para aplicar uma multa de nove  
128 milhões, eu não sei se eles podem ter motivação, mais eu estado, IEMA, não sei, sugiro a  
129 todos saberem depois se a empresa vai pagar ou se a multa vai cair por falta de  
130 sustentabilidade. Conselheiro Eraylton Moreschi/ONG JUNTOS coloca que vem  
131 acompanhado desde o primeiro dia junto com a comunidade, e as reclamações feitas  
132 pelo líder comunitário é que o IEMA demorou muito a aparecer lá, demorou muito a  
133 entrar no assunto e outra coisa essa sua fala é desmotivadora é porque a prefeitura da  
134 Serra tomou uma atitude em nome da sua sociedade como nunca se falou em um mês as  
135 ações de saúde referente a esta poluição aumentaram de 12 para 72 pessoas, quem viu  
136 os filmes que foram publicados pelos moradores é assustador a quantidade de pó e quem  
137 lembra o pessoal que vem do rio de janeiro conhece a chuva de prata, provavelmente  
138 deve ser a mesma coisa, eu solicito Sr. Elias e também ao Sr. Secretário de Meio ambiente  
139 que se fosse coletado amostras e se já deve ter sido coletada que se encaminhe para  
140 UFES, a UFES já tem estudos e inclusive encaminhei ofício para o Sr. Secretário para fazer  
141 indicação para o Sr. presidente do IEMA para que se converse, pois hoje não temos mais a  
142 necessidade de se tratar de DNA nós já temos estudos muito bem elaborados em indicar  
143 as fontes sobre as emissões dentro das empresas da ponta de tubarão com uma  
144 assertividade muito grande para que se faça gestão dessa poluição, palavra do pessoal do  
145 Núcleo de qualidade do Ar da UFES e eu participei como membro representante da ONG  
146 JUNTOS SOS ES AMBIENTAL em uma agenda que nos temos na UFES e um dos trabalhos  
147 apresentados é que demonstrou as informações sobre os materiais e suas fontes  
148 emissoras , então eu acho que o IEMA em primeiro lugar ele é o órgão licenciador da  
149 empresa Arcelor Mittal e ele é o Órgão fiscalizador da empresa Arcelor Mittal, então o  
150 IEMA é o representante do cidadão nas questões ambientais e o pessoal de Carapebus  
151 merece uma resposta efetiva e com soluções para aquela chuva de minério ou de  
152 purpurina onde se chamou aqui em Carapebus e que ela esta continuada ela não parou  
153 ainda, o Sr. é sabedor disso, ok, obrigado. Conselheiro Roosevelt/ONG SINHA LAURINHA  
154 faz uma pergunta ao Conselheiro Elias Margam/SEAMA coloca que respeita o que ele  
155 disse que o IEMA pra se posicionar tem que está baseado em fatos concretos e ETC...,  
156 mais eu colocaria o seguinte a luz do que o IEMA sabe hoje já passou bastante tempo é  
157 uma duvida que eu tenho, o que deu a entender é que provavelmente a secretaria  
158 municipal deu aplicação uma multa sem sustentação, a pergunta que eu faço para ele é a  
159 seguinte, o IEMA neste momento tem a certeza e convicção que não vai aplicar a multa  
160 por que não há sustentação legal pra isso? Eu só quero entender porque eu fiquei na  
161 dúvida, é só isso, obrigado. O Conselheiro Elias/SEAMA responde: prezados Conselheiros

162 eu não disse que não haverá penalidades, nos vamos fazer as penalidades, que nós  
163 fazemos parecer técnico com a motivação para que essas penalidades aconteçam, se não,  
164 tem sustentação ela se perde certo, o que eu disse é que eu desconheço a motivação do  
165 município, é isso que eu disse, e uma outra coisa que eu quero esclarecer com os  
166 senhores a Lei 140 ela prevê só um ente licenciador, caso o município multe a empresa  
167 numa mesma motivação que eu multar a dela vai cair ok é só pra deixar claro para os  
168 senhores que o IEMA age, o detalhe é que ainda não foi divulgado na mídia, nos não  
169 fazemos isso, a Conselheira Graciele Zavarize Belisário/ FINDES MINERAL coloca que  
170 soube também as informações via mídia e que estas informação divulgadas dos  
171 atendimento em hospitais que subiu de 12 para 72 pessoas eu acho esse numero um  
172 pouco assustador, mais em contrapartida eu acho um pouco prematuro que isso é  
173 resultado de uma ocasião que aconteceu a 3, 4 dias atrás, então nos temos que tomar  
174 cuidado com alguns números, eu acredito que nos temos histórico de discursão sobre  
175 este assunto nos temos estudos que comprovam que de fato existe uma interferência  
176 muito grande sobre a saúde da população, mais o fato pontual dessa ultima sexta feira,  
177 não sei se podemos associar diretamente o número de pessoas que estão com problemas  
178 respiratórios na ultima sexta feira relacionado ao fato direto, nos estamos em um período  
179 de inverno, nos temos outra condições de temperatura de clima que podem esta  
180 interferindo, então eu chamo a atenção a este cuidado, Conselheiro Lucas/CREA pergunta  
181 ao Conselheiro Elias Morgam/SEAMA se hoje o Governo tem alguma dúvida se a origem  
182 desse impacto é a Arcelor Mittal?? Conselheiro Elias Responde: eu não posso partir de  
183 premissas dúvidas, a partir do momento que eu fui na empresa eu constatei que tem uma  
184 emissão fugitiva sem controle ambiental eu digo que é ela, por isso eu emito as  
185 autuações, Conselheiro do CREA/LUCAS pergunta ao Conselheiro Elias ainda,  
186 considerando o impacto na população como que a empresa continua a operar do mesmo  
187 jeito, pois diferente que a Conselheira da FINDES disse que aconteceu numa sexta feira,  
188 isso já vem acontecendo a mais de uma mês, como que a empresa continua impactando a  
189 saúde da população sem qualquer ação ou qualquer interferência do processo produtivo?  
190 Conselheiro Elias/SEAMA coloca que com relação a interferência na saúde da população a  
191 SESA deveria nós oficiar e eu desconheço isso quanto órgão ambiental eu não sei impacto  
192 na saúde qual é a entrada, qual o acometimento da população, eu desconheço como  
193 órgão ambiental, Conselheiro Moacir/CAP coloca que tem residência no balneário  
194 Carapebus desde o ano 2000, e que pode afiançar que nos últimos 03 anos a frequência  
195 do pó aumentou consideravelmente, então tem que analisar este período o que a Arcelor  
196 fez o que ela mudou no processo de produção dela para ocasionar este aumento, e eu  
197 conheço aquela região ela tem sido afetada com a pouca importância do administrador  
198 público com relação ao Meio Ambiente prova disso é que aquilo é um APA registrada em  
199 1994 uma área de proteção ambiental todo aquele conjunto no entanto nos temos uma  
200 lagoa poluída a mais de 10 anos e com esta chuva de pó, vocês estão ouvindo isso de  
201 alguém que vive o problema sem nenhuma intenção de que proteja minha rua, pois esta  
202 lá o pó, eu varro o pó todo final de semana. O Conselheiro Erayltom Moreschi pede para  
203 da uma informação a todos com relação a fala do Elias sobre a SESA, foi deliberado pelo  
204 Governador e pelo Secretário de Saúde a implantação por sugestão da ONG JUNTOS  
205 sobre o plano de diretriz da Saúde ambiental, então este plano conforme nossa proposta

206 elaborada por médicos parceiros vai ser de trabalhar em conjunto os órgãos ambientais,  
207 ministério publico e as secretarias de saúde nesta diretórios de saúde ambiental porque é  
208 inadmissível se tratar de meio ambiente sem a participação dos órgãos ambientais, da  
209 saúde pública e também dos órgãos de direito humanos. O Conselheiro Roosevelt,  
210 pergunta ao Conselheiro Elias/SEAMA quando o IEMA vai ter posição definitiva prazo para  
211 sabermos todos os levantamentos, laudos que foram feitos vão esta prontos?? Coloca  
212 que é importante saber, o Conselheiro do CREA/LUCAS solicita que seja disponibilizado o  
213 auto de intimação que foi proferido a empresa Arcelor Mittal para todos os conselheiros,  
214 o Conselheiro Elias/SEAMA responde: retornando com relação as nossas atuações  
215 provavelmente a empresa esta recebendo hoje pois ontem eu validei o parecer e hoje a  
216 empresa deve esta recebendo as multas, conselheiro Eraylton Moreschi pede que se de  
217 conhecimento aos conselheiros, coloca que provavelmente sairá na mídia e se na mídia  
218 não atender as necessidades dos conselheiros aqui presente nos demandaremos a  
219 secretaria uma cópia. O Conselheiro Eraylton Moreschi/ONG JUNTOS pergunta ao  
220 Presidente se já houve alguma resposta da PGE quanto ao parecer solicitado com relação  
221 ao aditamento de pauta , o Presidente responde que ainda não houve porque houve a  
222 mudança da assessoria jurídica anterior e que ontem despachou o processo para PGE, o  
223 Conselheiro Eraylton Moreschi informa que abriu ouvidoria estadual para que se proceda  
224 um ato administrativo para verificar a postura do coordenador jurídico deste CONSEMA  
225 em fatos que o Sr. Secretário é ciente informação de documentos que ele já tinha  
226 encaminhado e que até hoje ele não Havia os elaborados, pede respostas desses  
227 requerimentos deste conselheiro que em reunião conjunta onde ele informou pra mim e  
228 para senhora secretária que ele já havia encaminhado resposta e que faria o  
229 encaminhamento, em consulta ao IEMA pelo número do protocolo um absurdo um  
230 parecer do coordenador jurídico está parado desde o protocolo indicando pendência de  
231 resposta do IEMA, lamenta ainda o Conselheiro Eraylton que mais uma reunião  
232 extraordinária e nem uma pauta da Sociedade Civil daquela farta pauta colocada,  
233 informa que a JUNTOS protocolizou no município de Vitória e no IEMA pedido para  
234 interdição da usina 1 a 8 da Vale pelo motivo de descumprimento de valores de emissão  
235 ajustado no EIA e que impactaram no resultado do RIMA que fundamentou o IEMA e as  
236 Prefeituras da Grande Vitória a anuírem na liberação da LI 163/2007. O Conselheiro  
237 Roosevelt informa que entrou com pedido de sindicância, pois os documentos da gestão  
238 anterior não foram localizados, ressalta ao Presidente que o prazo já passou, o  
239 Conselheiro VICTOR ATAIDE/SINDIROCHAS informa que é membro da CT ASSJUR e lá foi  
240 aprovado por unanimidade há um ano e dois meses, dois enunciados a serem aprovados  
241 no CONSEMA os enunciados tratam de dois pontos, um que os prazos de recurso para  
242 recorrer de penalidades e infrações devem ser contados em dias uteis, isso o que foi o  
243 parecer da PGE, e isso deve contar nos autos, e isso não vem sendo feito, há uma  
244 desinformação ao administrado, gerando cerceamento de defesa, e o outro é a aplicação  
245 subsidiaria da lei de procedimentos administrativos federais que no âmbito do Sistema  
246 Estadual de Meio Ambiente, e estes foram os enunciado aprovado na CT ASSJUR e ate  
247 agora não tiverem respostas destes enunciados para maior segurança jurídica. Após o  
248 Presidente passa a palavra para a Secretária Executiva do CONSEMA fazer a apresentação  
249 dos requerimento das ONG's conforme tabela abaixo. Após o Coordenador Técnico

250 comunica ao plenário que o município de Alfredo Chaves se declara apto a exercer o  
251 licenciamento ambiental municipal de impacto local.

252 **PONTO VII - ENCERRAMENTO.**

253 Não havendo mais assunto encerrou-se a reunião 17 hs.

254 Cariacica (ES), 16 de julho de 2019.

255

256

257

**FABRICIO HÉRICK MACHADO**  
**Presidente CONSEMA**

Protocolo	Instituição	Ofício	Assunto	Status
00324/2019	ONG JUNTOS		SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE O TCAs N 035 E 036/18 E LO 123/18- e dos processos de auditorias ambientais	GS
85307025 002293/2019	ONG JUNTOS	OF.010-2018-2020	PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DO ESTADO DO ES	COORDENAÇÃO JURIDICA
008850/2019 Processo 85937843	ONG JUNTOS		SOLICITA CONVOCAR EQUIPE TECNICA DO IEMA PARA FAZER APRESENTAÇÃO E PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA N 003/2016- REF PROC 76342670-CONECTA E ASSUNTOS RELACIONADOS O SITEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	DP/IEMA
009105/2019 Processo 85946680	ONG JUNTOS		REQUER A CONSULTA JURIDICA JUNTO A PGE SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO COORDENADOR JURIDICO DO CONSEMA PAR ADAR SUSTENTAÇÃO AO ADITAMENTO DE PAUTA DA REUNIÃO DO CONSEMA	PGE
012728/18 Processo 86057723	ONG JUNTOS		PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE VISA ESTABELECEER OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA EXPEDIÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO	COORDENAÇÃO JURIDICA
010115/2019	ONG JUNTOS		SOLICITA EM CARATER DE URGENCIA POR REUNIÃO DO CONSEMA PARA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE CONJUNTA (SEAMA/IEMA/CONSEMA/ACADEMA/EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO) DO RTC 190018-R1 INVENTARIO DE FONTES 2015	COORDENAÇÃO JURIDICA
008949/19 Processo 86207377	ONG JUNTOS		PROPOSTA DE MOÇÃO DE APOIO AO DEPUTADO SERGIO MAJESKI JUNTO AO TCE VOTLADA A DESTINAÇÃO ESPECIFICA PARA AREA AMBIENTAL DE UM TOTAL DE 104 MILHÕES ALOCADOS NO FUNDEMA/FUNDAGUA	PAUTADO NO CERH
010799/2019	ONG JUNTOS		REQUER QUE O PRESIDENTE DO CONSELHO CERTIFIQUE QUE OS ESTUDOS E METODOLOGIAS DE ANALISE REF POLUIÇÃO DO PÓ PRETO ELABORADO PELA UFES, NOTICIANO, CRIANDO PROTOCOLOS OFICIAIS QUE OBJETIVEM A IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES EMISSORAS.	COORDENAÇÃO TÉCNICA

258